



COMITÊ INTERFEDERATIVO

ATA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

Em oito de fevereiro de dois mil e vinte e três, às catorze horas e onze minutos, por meio de vídeo conferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pela plataforma do YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=8Fe94JRYe3M> e presencialmente na cidade de Belo Horizonte/MG, teve início a 66ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Item 1 - PAUTAS DA PRESIDÊNCIA - ABERTURA DA REUNIÃO ORDINÁRIA	
1.1 Apresentação dos presentes, verificação do quórum e aprovação da Ata da 66ª Reunião Ordinária e leitura da Pauta.	
Discussão	O Presidente do CIF, Mauro Pires, deu início à reunião informando sobre pretensão do Ministério do Meio Ambiente de se aproximar da reparação do desastre através do CIF e reforçou compromisso com a justiça do processo através do diálogo e participação dos órgãos do Governo Federal, registrando solidariedade a todas as vítimas do evento. Foi feita apresentação dos membros do Comitê, Câmaras Técnicas, Fundação Renova e convidados da reunião. Moara Giasson informou sobre solicitação de inclusão de extrapauta pela CT-EI e de reinclusão do item 7.1 da pauta. Em seguida, foi colocada em votação a aprovação das minutas de ata da 65ª Reunião Ordinária e 9ª Reunião Extraordinária.
Aprovação	Aprovadas as atas da 65ª Reunião Ordinária do e 9ª Reunião Extraordinária.

Item 1 – PAUTAS DA PRESIDÊNCIA	
1.3. Relato dos Grupos de Trabalho sobre o Modelo Técnico Conceitual do Desastre e sobre a UHE Candonga	
Discussão	<p>GT Modelo - Jéssica Zon fez relato sobre voto elaborado pelo CIF ao final de 2022, que avaliou terminologias e conceitos técnicos e jurídicos adequados para o desastre e apontou bases conceituais aprovadas em deliberação, a fim de unificar as visões das Câmaras Técnicas e do Sistema. Informou sobre documento que consolidaria esses conceitos com base em dados reais, descrevendo vetores de danos, definição de estudos e monitoramento para acompanhamento desta propagação, etc. Informou que o GT responsável pela demanda será coordenado pela CT-GRSA e apresentou o cronograma de reuniões a serem realizadas, com previsão de término em 17 de março. Margareth Saraiva questionou sobre como seriam realizados eventuais ajustes necessários nos programas diante da aprovação do modelo conceitual. Moara Giasson informou que o GT será sensível às demandas e dificuldades das Câmaras Técnicas.</p> <p>GT Candonga - Com relação ao Grupo de Trabalho para abordar a UHE Candonga, Gilberto Fialho informou sobre atraso nas tratativas diante do período de transição governamental, que imputou alterações aos órgãos, e afirmou que estavam pendentes algumas indicações de órgãos e Câmaras Técnicas para composição do GT. Jadilson Gomes informou que a CT-INFRA estaria indicando representante para participação no Grupo. Por fim, Moara Giasson esclareceu que a reunião anterior havia produzido encaminhamento de realização de Reunião Intercâmaras para avaliar potenciais impactos no sul da Bahia, e não fora estabelecida a criação de GT, sendo que o encaminhamento seria retomado passado o momento de transição governamental.</p>

Item 1 – PAUTAS DA PRESIDÊNCIA	
1.4 Revisão dos Programas	
Discussão	Moara Giasson informou que pelo cronograma do TTAC se iniciaria o segundo ciclo de revisão dos programas, contudo, o primeiro ciclo de revisão sofreu atrasos em decorrência da pandemia e as revisões foram finalizadas entre 2021 e 2022. Portanto, a fim de evitar retrabalho e sobrecarga das Câmaras Técnicas, a SECEX pretendia apresentar ao juízo proposta de nova data para início do segundo ciclo de revisão. Anna Tristão, coordenadora da CT-ECLET, afirmou que o processo de revisão foi longo e trabalhoso e retomá-lo seria contratempo, concordando com a proposta de adiamento do início do segundo ciclo. Moara Giasson fez apresentação de planilha contendo os status de cada programa, data de aprovação e proposta de data para início de nova revisão. Thais Vilas Boas sugeriu que cada Câmara Técnica informasse quais programas precisariam ser revisados e quais não, para evitar retrabalho e ao mesmo tempo salvaguardar eventuais necessidades de revisão antes do ciclo de 2025. Carlos Cenachi, representante da Fundação Renova, sugeriu adotar prazo de 3 anos para revisão, em alinhamento com o determinado no TTAC, contados a partir da aprovação da última revisão, o que foi endossado por Renato Miranda, que sugeriu incluir os Ministérios Públicos e as Auditorias no processo de revisão. Joeci Lopes, atingida, reforçou a importância da inserção das comissões municipais no processo. Posicionamento dos atingidos pelo texto “comissões municipais”, e não “locais”, porém foi indicado no texto da deliberação em conformidade com o texto do TAC-GOV.
Deliberação nº 648	Aprovada

Item 2 – CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DA ÁGUA (CT-SHQA)	
2.1. Análise de pleito do município de Ipaba/MG e 2.2. Análise de pleito do município de Timóteo/MG	
Discussão	Alessandra Jardim fez breve apresentação do PG31 aos novos membros do CIF, e em seguida apresentou dois pleitos municipais: Ipaba/MG solicitou recurso para obras de implantação de galpão de triagem de materiais recicláveis, no valor de R\$ 1.300.000,00. O novo pleito se enquadra na ação prevista no item 8.3 do ANEXO C da Nota Técnica nº 121/2022; os dois pleitos já aprovados do município serão cancelados e

	o remanejamento dos respectivos valores será para as obras do galpão. Ainda, será adicionado saldo oriundo da correção do IPCA de Resíduos Sólidos. Após análise dos documentos, a CT considerou apto o pleito Timóteo/MG apresentou pleito para aquisição de equipamentos para a usina de triagem e ampliação do Programa de Coleta Seletiva do município no valor de R\$ 3.021.008,20. Considerando a apresentação dos documentos e que o valor pleiteado atendia aos limites de valores alocados para resíduos sólidos pelas Deliberações CIF nº 43 e 166, a CT considerou apto o pleito. Alessandra reforçou que o PG31 funciona sem problemas e conseguem aprovar muitos pleitos municipais em consenso com a Fundação Renova.
Deliberação nº 649	Aprovada.

Item 2 – CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DA ÁGUA (CT-SHQA)

2.3. Apresentação do Novo Portal do PMQQS

Discussão	Emília Brito informou que durante processo de revisão do PMQQS em 2019 surgiu ideia de elaboração de um portal para acesso aos dados do monitoramento de maneira acessível e didática. Foi feita breve apresentação do portal, com mapa com os pontos do rio monitorados, assim como afluentes, iconográfico com informações sobre influências sobre o rio Doce, informações sobre governança do sistema CIF, TTAC e Fundação Renova, Notas Técnicas referentes ao programa, informações sobre o monitoramento, entre outros. Informou que os membros do GTA passam por treinamentos bianuais e workshops para acompanharem o monitoramento e apresentou a possibilidade de verificar o status atual do rio em comparação ao que era anteriormente, assim como o estado atual quanto a índice de qualidade da água, índice de contaminação por tóxicos e índice de conformidade ao enquadramento. Emília Brito reforçou a importância de pessoas tanto externas quanto atuantes no sistema CIF utilizarem o portal e enviarem feedbacks e dúvidas ao canal de dúvidas para aprimoramento. Moara Giasson parabenizou o trabalho feito em linguagem acessível, que órgãos públicos teriam dificuldade de fazer, e salientou que os dados são úteis para pesquisas técnicas e acadêmicas além do uso como subsídio aos programas do TTAC.
------------------	--

Item 6 – CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO (CT-EI)

6.2 – EXTRAPAUTA – Projeto Empodera Belo Oriente

Discussão	Renato Cardoso informou que o projeto foi apresentado na CT-EI em maio de 2022 e passou por diversas adequações em discussões técnicas com a Fundação Renova e oitivas com os pescadores envolvidos. O objetivo principal do projeto era garantir melhores de condição de transporte, higiene e comercialização de pescado, proporcionando melhores condições de trabalho aos pescadores da comunidade de Perpétuo Socorro. Das 3 pessoas como público inicial, passaram para 7 pessoas, todos eles cadastrados no PG01; o projeto está abarcado nas cláusulas 116 a 123 do TTAC. O orçamento do projeto está estimado em R\$ 258.489,56; foi apresentada lista de equipamentos a serem adquiridos para funcionamento adequado da unidade. Após verificação das adequações solicitadas pela Câmara, foi recomendada ao CIF a aprovação do projeto. Jadilson Gomes questionou se o projeto atendia grandes embarcações e Margareth Saraiva questionou sobre o acompanhamento da execução das atividades previstas no projeto. Jadilson Gomes registrou pedido de vista ao ponto para avaliação do projeto.
Manifestação	Camila Camilo informou que a Fundação Renova disponibilizaria os estágios de execução do projeto para acompanhamento pela Câmara Técnica

Por fim, às dezoito horas e cinquenta e minutos do dia oito fevereiro de dois mil e vinte e três, Moara Giasson finalizou a reunião agradecendo à participação de todos.

Em nove de fevereiro de dois mil e vinte e três, às oito horas e cinquenta e sete minutos, por meio de vídeo conferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pelo YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=VJ645Uk-UxM> e presencialmente na cidade de Belo Horizonte/MG, teve início o segundo dia da 66ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG

Item 4 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)

4.1. Descumprimento da Deliberação N° 620/2022 pela Fundação RENOVA

Discussão	Luiz Fernando Prado informou sobre aprovação do Plano de Ação em Saúde do município de Aimorés/MG em novembro de 2022, com única ressalva da CT em relação ao uso da palavra compensatório, entendendo como um equívoco de interpretação pelo município. De acordo com a deliberação, contava-se o prazo de 60 dias para iniciar as ações previstas, o município de Aimorés informou que até o momento não foram iniciadas ações nem mesmo tratativas sobre o plano, diante disso a CT-Saúde solicita notificação da Fundação Renova por descumprimento de deliberação. Após manifestação, Luiz Fernando Prado reforçou que os argumentos apresentados pela Fundação tratavam-se de discussão já vencida uma vez que o Plano já havia sido aprovado e os posicionamentos sobre eles já eram de amplo conhecimento. Foi feito breve debate entre os membros em relação ao prazo estipulado para sanar descumprimento, e foi decidido pelo estabelecimento de 15 dias
Manifestação	Paula Cambraia informou que o plano apresentado na Nota Técnica 70/2022/CT-Saúde e deliberado pelo CIF não apresentava alteração no perfil epidemiológico da população considerada atingida, tampouco correlação com o evento. As ações propostas não guardavam relação de proporcionalidade e eficiência e careciam de evidências científicas para que as ações solicitadas fossem realizadas. Por fim, argumentou que não havia evidências de sobrecarga da rede de assistência à saúde que superasse a capacidade instalada no município.
Deliberação nº 650	Aprovada com objeções por parte da Fundação Renova.

Item 4 – CÂMARA TÉCNICA GESTÃO DE SAÚDE (CT-SAÚDE)

4.2. Programa de Capacitações da Fundação Renova

Discussão	Roberto Laperriere informou sobre o Programa de Capacitações para Profissionais da Saúde proposto pela Fundação Renova sob justificativa de atendimento a acordos judiciais assinados com os municípios de Mariana/MG e Barra Longa/MG. A Câmara Técnica emitiu manifestações quanto ao tema e reforçou que não havia qualquer pedido ou recomendação por parte da CT de fosse desenvolvida qualquer celebração de
------------------	--

	acordo de cooperação técnica para adesão ao programa de capacitações. A CT afirmou que a empresa Kairós, responsável pelas capacitações, não possuem escopo de atuação aderente com atuação em áreas de saúde pública ou coletiva, e sim como proteção social. Informou também que o currículo apresentado de parte dos profissionais não era compatível com as capacitações realizadas. Por fim, a Câmara solicitou ao CIF a não validação da execução do Programa de Capacitações dos Profissionais de Saúde como parte integrante do PG14; ainda, em 90 dias a Câmara Técnica elaboraria proposta de capacitação e educação permanente em saúde como parte integrante do PG14 e caberia à Fundação Renova o custeio. Após manifestação, Luiz Fernando Prado afirmou que a Câmara Técnica apresentava a proposta diante de discussões já desgastadas e que a intensa troca de comunicações não significava uma construção conjunta dentro do bojo do PG14. Sérgio Rossi frisou que a troca de comunicações demonstrou a tentativa de diálogo por parte da Câmara Técnica. Juliane Barros falou sobre posturas divergentes da Fundação, que ora se esforçavam em promover uma capacitação que estava recebendo devolutivas de insatisfação por parte da CT, e ora se furtava de executar os Planos de Ação em Saúde aprovados. Jadilson Gomes frisou que a participação da CT no processo de reparação era de partilha técnica para execução eficaz dos programas.
Manifestação	Paula Cambraia apresentou histórico de tratativas da Fundação Renova junto à Câmara Técnica em relação ao Programa de Capacitações; informou que a empresa Kairós havia ministrado apenas uma capacitação concernente à sua atuação, sendo a empresa Prisma a responsável pelo trabalho majoritário. Durante 2020 e 2021 foram disponibilizadas informações sobre as capacitações para a Câmara Técnica, que em dezembro de 2021 envia parecer técnico pela não validação das capacitações. A representante alegou que todo o processo ocorreu em diálogo com a Câmara Técnica, verificado através da intensa troca de comunicações, e que houve mudança de posicionamento repentino por parte da CT. Frisou que o processo concorrencial contou com instituições públicas e privadas e, por fim, reforçou a autonomia da Fundação Renova enquanto reparadora
Deliberação nº 651	Aprovada com objeção por parte da Fundação Renova.

Item 5 – CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO (CT-ECLET)	
5.1. Paralisação da Moore Consultoria - PG13	
Discussão	Kevin Figueiredo fez apresentação da Nota Técnica referente à paralisação das atividades da Moore Consultoria, diante de problemas enfrentados nos territórios envolvendo sua atuação. O representante fez apresentação do escopo do PG13, com objetivos de apoiar o desenvolvimento e fortalecimento do empreendedorismo turístico nos polos e municípios complementares, garantindo diversificação econômica local, diálogo com economia criativa e atores da cadeia do turismo, realizando capacitações ligadas à cadeia do turismo, missões empreendedoras, apoio na avaliação e viabilidade de negócios, preparação de planos de negócios e preparação de atores para acesso a financiamentos e recursos no desenvolvimento de produtos turísticos. Kevin Figueiredo frisou que não foram realizados estudos para subsidiar a capacitação das cadeias de turismo, as missões empreendedoras, que deveriam ser a exposição de case de sucesso para empreendedores, levaram os empreendedores para destino onde o turismo principal era lazer na água do rio, dentre outras ações inadequadas e deslocadas das reais necessidades do setor turístico em Governador Valadares/MG. Em relação ao processo de recuperação da imagem dos municípios dos polos turísticos e/ou municípios integrantes e consolidação destes como destinos turísticos de destaque no cenário regional, não foram apresentados planos de marketing ou ações específicas para potencializar o fluxo de visitantes nos municípios. A CT-ECLET percebeu que a consultoria criou grupo previsto para funcionar como se fosse instância de governança paralela, causando confusão na governança do programa; ainda, as missões empreendedoras foram desvinculadas da realidade do território e o EGL passou a tomar decisões próprias sem envolvimento de atores do poder público e da CT, criando sensação de poder paralelo no município. A CT realizou reuniões com a empresa e FR para solicitar que o trabalho fosse realizado com foco no escopo do programa, porém sem sucesso. Diante do exposto, a CT-ECLET solicitou ao CIF a paralisação imediata dos trabalhos realizados pela Consultoria Moore em Minas Gerias para que o escopo da consultoria pudesse ser adequado ao PG13 e solicitou que os processos de interface com outros programas sejam levados em consideração na definição do escopo da consultoria para evitar sobreposição de ações. Ademais, a Câmara Técnica sugeriu que a Fundação executasse os processos em questão via convênio com o SEBRAE e solicitou a apresentação de todos os Termos de Referência e custos com a consultoria Moore para avaliação se houve algum custo despendido do orçamento do programa que tenha fugido ao escopo. Duarte Júnior manifestou preocupação quanto ao tempo de atuação da Consultoria alocada em recurso compensatório, tendo como agravante uma atuação que não era direcionada pelo poder público local. Moara Giasson esclareceu que o recurso do contrato era de natureza reparatória. Felipe Rigoni questionou a necessidade de contratação de instituição para construção de governança em programa que já possuía governança própria estabelecida. Jadilson Gomes relatou visita técnica realizada pela CT no município no qual se verificou desconforto em relação a atuação da Consultoria, que acabou por empoderar grupos paralelos à atuação do poder público e da Câmara Técnica.
Manifestação	Felipe Moura informou que parte das informações apresentadas pela CT não constavam na Nota Técnica publicada, portanto não poderiam ser prontamente respondidas. Explicou que o escopo de atuação da Moore Consultoria tratava-se de ir a território para construção de sistema de governança junto a atores e poder público, e não de cumprimento do escopo dos dois processos de turismo do PG13. Esclareceu que o PG13 não se valia da classificação de municípios polos e complementares tal qual em políticas públicas, mas sim como metodologia de classificação ajustada aos municípios atingidos. Felipe Moura afirmou função da Fundação Renova de apoiar estruturação de planos municipais de turismo, fomentar projetos e ajudar a estruturar um grupo de interesse em torno do tema do turismo, que se moldará às necessidades de cada território, e afirmou que casos em que a governança tenha se antagonizado ao poder público deverão ser revistos
Deliberação nº 652	Aprovada com objeções por parte da Fundação Renova.

Item 5 – CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO (CT-ECLET)	
5.2. Esclarecimentos e Providências Sobre o Edital Doce Segunda Versão	
Discussão	Kevin Figueiredo fez apresentação do edital, que tem como objetivo apoiar projetos de cultura, esporte, lazer e turismo, garantindo o acesso de pessoas físicas, microempreendedores, coletivos e grupos informais e organizações a acesso de recursos para realizar ações de cultura, esporte e lazer e turismo em seus territórios. O edital define o valor disponível para cada município e os projetos apresentados têm teto máximo de solicitação. Após a divulgação dos resultados, muitas pessoas atingidas contataram a Câmara Técnica questionando os critérios utilizados para seleção dos projetos aprovados e apontando supostos vícios no processo. A CT-ECLET solicitou informações e esclarecimentos à Fundação Renova que não foram apresentados. Portanto, diante da situação, até que seja verificada a lisura do processo, a CT-ECLET recomenda a paralisação do edital e solicita a disponibilização da matriz de avaliação final de todos os projetos avaliados, justificativas de critérios de desempate, classificação e desclassificação, lista com nomes e currículos dos avaliadores, cópia do contrato e processo de contratação do CIEDS para a gestão do edital. Thais Vilas Boas ponderou sobre a necessidade de divulgação dos dados dos avaliadores, considerando receio em relação a possíveis linchamentos ou ataques a partir da publicização destas identidades, e questionou se a disponibilização da documentação

	contratual não seria mais adequada a processo de auditoria. Anna Tristão relatou hostilidade por parte da Fundação Renova em reunião realizada em setembro de 2022 na qual foi mencionada a paralisação do edital e reforçou a preocupação da Câmara com a isonomia do processo e sua adequação aos princípios da administração pública. Jadilson Gomes relatou falas da Fundação Renova para com a CT na reunião mencionada e falou sobre dúvidas e questionamentos em relação a pontuação e aprovação de projetos, pois os critérios não ficaram claros. Felipe Rigoni reforçou a importância da formalização das denúncias, pois não se tratava de questionamentos individuais, mas sim dos critérios adotados durante o processo de seleção. Renato Miranda sugeriu encaminhamento de documentos a auditoria para avaliação do processo de contratação e seleção. Thays Coutinho afirmou que a Ernest & Young poderia avaliar o processo de contratação da empresa. Luis Gabriel Mendoza sugeriu o envio das informações à auditoria para verificação da lisura do processo e demonstrou preocupação com a suspensão de repasses a projetos já iniciados. Eliane Gregório e Márcia Souza, atingidas, registraram que o processo de seleção guardava inconsistências. Incluída análise pela auditoria na proposta de deliberação contando avaliação da matriz de avaliação do edital e aderência dos resultados.
Manifestação	Felipe Moura informou que não foram registradas quaisquer denúncias quanto à lisura do processo nos canais oficiais da Fundação Renova e reforçou que as regras e diretrizes do edital haviam sido discutidas com a Câmara Técnica, além de não terem sido apontadas irregularidades em processos de auditoria. Reforçou que a paralisação do edital traria descrédito ao instrumento, além de prejudicar grande parte dos beneficiados, que já haviam recebido repasse de recursos. Felipe Moura reforçou que a Fundação Renova havia prestado esclarecimentos sobre dúvidas, porém não haviam sido oficiados de quaisquer denúncias sobre a lisura do processo.
Deliberação nº 653	Aprovada, com as alterações do debate.

Item 7 – COMITÊ GESTOR PRÓ-RIO DOCE	
7.1. Solicitação de reconhecimento do município de Coronel Fabriciano/MG	
Discussão	Em razão da retirada de pauta deste tema, a Fundação Renova solicitou que fosse cumprido o prazo regimental para que possa formular sua manifestação. Os membros do CIF aquiesceram com a solicitação, ficando determinada apenas a apresentação técnica para promover o debate a ser retomado após o período regimental de análise pela Fundação, em nova reunião. Luís Otávio Assis iniciou apresentação explicando sobre a centralidade e relevância do município para a saúde pública da região, pois são municípios conturbados, portanto os impactos foram absorvidos como um todo. Lorena Gontijo informou sobre laudo técnico elaborado pela Prefeitura de Coronel Fabriciano em 2021 que apontavam argumentos e pleiteavam o reconhecimento do município como atingido. Portanto, por tratar-se de pleito multitemático, as Câmaras Técnicas foram demandadas pelo CIF que analisassem a aderência do pleito aos respectivos programas monitorados; ao final das análises foi produzida Nota Técnica conjunta. Luiz Fernando Prado informou que a CT-Saúde verificou atuação do SUS como regionalizada e hierarquizada, tendo o município de Coronel Fabriciano como polo importante, detentor de equipamentos de alta complexidade e receptor de grande demanda por serviços de saúde advindos de municípios vizinhos. Ainda, para além do impacto por contaminantes, os impactos na saúde também se relacionam com as mudanças na qualidade de vida da população e sua relação com seus territórios, portanto, a CT-Saúde verificou aderência do pleito ao seu programa. Alessandra Jardim informou que a análise da CT-SHQA considerou tão somente o escopo de atuação dos 3 programas monitorados no âmbito da Câmara, portanto não foi verificada aderência do pleito aos programas específicos, apesar do reconhecimento da importância do município para a região metropolitana no que se refere ao esgotamento sanitário. Diante disto, a CT-SHQA não elaborou parecer conclusivo e reforçou a verificação da questão de maneira multidisciplinar. Cláudio Paiva informou que foram realizadas várias discussões na CT-EI e frisou que, diante da conurbação da região, não era possível avaliar os municípios isoladamente, pois há movimentação econômica direta entre os municípios da região metropolitana, o que promove intenso fluxo de pessoas, serviços e mercadorias. Considerando a economia integrada da região e a impossibilidade de isolar o município deste contexto, a CT-EI verificou que houve impacto econômico em Coronel Fabriciano/MG. Gilberto Fialho afirmou que a CT-GRSA acompanha 4 programas, os quais têm ligação direta com a passagem da pluma de rejeitos, portanto, neste âmbito, não foi verificada aderência do pleito; todavia, frisaram ponto do laudo apresentado pelo poder municipal que afirma que a Fundação Renova já atua em Coronel Fabriciano no caso do Lixão Mauá. Marina Sacramento explicou sobre os programas acompanhados pela CT-FLOR: no âmbito de programas reparatórios, cujas áreas já são bem delimitadas, não havia possibilidade de aderência; quanto aos programas compensatórios, cujas premissas recaem sobre a delimitação de áreas que trazem o maior ganho ambiental, a representante afirmou que, diante de eventual reconhecimento, seria possível avaliar a inclusão do município no escopo de atuação do PG27. Anna Tristão relatou que Coronel Fabriciano encontra-se na rota turística da Mata Atlântica de Minas Gerais, além de impactos no setor turístico e de geração de renda da população diante da integração regional, cabendo, portanto, a aderência do pleito ao escopo do PG13. Por fim, Lorena Gontijo concluiu reforçando a verificação em diversos eixos temáticos da grande interdependência municipal da região e compartilhamento de serviços públicos.
Encaminhamento E66 – 7.1	As manifestações da Fundação Renova serão apresentadas em momento posterior, assim como a discussão e deliberação do tema pelo Comitê Interfederativo em nova reunião.

Item 6 – CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO (CT-EI)	
6.1. Aprovação do “Projeto de Reestruturação e Incremento da Piscicultura Social - APARD”	
Discussão	Renato Cardoso fez apresentação da Nota Técnica 120/2022/CT-EI, referente ao projeto de reestruturação e incremento da piscicultura social da associação dos pescadores e amigos do rio Doce em Governador Valadares/MG. Fez breve explicação sobre atuação da ASPARD como organização social de interesse público e relato sobre a visita de campo realizada e oitiva aos pescadores atendidos pelo projeto. O orçamento estimado é de R\$ 249.942,15, aumentando de 8 para 15 beneficiários. O montante será destinado para aquisição de 1 mini caminhão com baú isotérmico, para o transporte de peixes vivos e abatidos, alevinos e outras cargas específicas das atividades da piscicultura; 01 máquina de fazer gelo, que contribuirá para a melhoria das condições fitossanitárias e fonte de renda através da venda de gelo ensacado; 17 tanques rede para agregar à atual infraestrutura de tanques e 11 telas de arame revestido em PVC para reposição em tanques velhos. Foram feitas observações quanto a alguns pontos, como necessidade de aval de serviço para beneficiamento, RGP, garantia de assistência técnica ao projeto por parte da Fundação, adequação do espaço de comercialização dos peixes, laudo técnico da qualidade de água e algumas retificações no documento.
Manifestação	Fundação Renova manifestou concordância quanto a apresentação.
Deliberação nº 654	Aprovada.

Item 6 – CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO (CT-EI)	
---	--

6.2 – EXTRAPAUTA – Projeto Empodera Belo Oriente - RETOMADA APÓS VISTA DE MEMBRO DO CIF	
Discussão	Jadilson Gomes comentou sobre erros de cálculo no projeto e frisou a importância da entrega de relatórios semestrais quanto ao andamento da execução da obra, assim como de repasses financeiros.
Manifestação	Camila Camilo informou que a Fundação Renova havia estruturado sistema de controle para acompanhamento das obras, assim como suporte aos grupos produtivos para fazerem prestação de contas. Os relatórios desta ações serão entregues à Câmara Técnica e ao CIF.
Deliberação nº 655	Aprovada

3. Oportunidade de fala das pessoas atingidas	
Discussão	<p>Enéas Ferreira falou sobre a dependência dos atingidos do norte do Espírito Santo e sul da Bahia em relação ao bioma marinho, os pescadores estavam enfrentando impossibilidade de pesca e seguiam sem a devida assistência.</p> <p>Renato Correia relatou sobre a falta de pagamento do lucro cessante aos pescadores profissionais, assim como problemas enfrentados por pessoas atendidas pelo PIM e Novel</p> <p>Eliane Gregório registrou a importância de que os programas indenizatórios como PIM e Novel funcionem adequadamente e reforçou a importância da participação dos atingidos no processo de repactuação.</p> <p>Liberina Gomes informou que protocolou documento junto à SECEX solicitando reconhecimento de novas áreas para garantir o direito de indenização de muitos pescadores que estavam sendo ignorados pela Fundação Renova. Por fim, reforçou a importância de os atingidos receberem tratamento de saúde adequado.</p> <p>Joeci Lopes solicitou que os Planos de Ação em Saúde fossem cumpridos conforme deliberado pelo CIF, retomada do pagamento do lucro cessante e reconhecimento do núcleo familiar como atingidos. Relatou situação de conflitos entre atingidos em território devido a oitivas do FBDH e reforçou que cada município deverá ter sua própria assessoria técnica reconhecida pela comunidade.</p> <p>Valeriana Gomes registrou que o governo estadual de Minas Gerais não deu o suporte adequado aos atingidos e que tinham expectativa de melhor assistência por parte da atual gestão federal. Reforçou as dificuldades enfrentadas pelos atingidos em relação ao AFE e à burocracia de comprovação documental imputada pela Fundação Renova. Finalizou sua fala cobrando pela participação dos atingidos na repactuação.</p> <p>Délio Pereira fez relato emocionado sobre AVC sofrido e pediu ajuda da CT-Saúde e do CIF para garantir a assistência à saúde dos pescadores que eram vítimas da contaminação dos territórios.</p> <p>Josival Costa relatou impactos na pesca no sul da Bahia e pediu que a Fundação Renova fosse ao território com ações efetivas de reparação.</p> <p>Lanla Maria falou sobre a importância da CT-OS para os atingidos e pediu que a vacância de coordenação fosse sanada com urgência. Criticou o avanço de acordos da repactuação que eram feitos a revelia da participação dos atingidos.</p> <p>Miguelito Teixeira criticou o esvaziamento do poder público nos processos de reparação, tanto o CIF quanto o processo de repactuação, e relatou sobre alagamentos que carregavam rejeitos a cada nova cheia, aumentando a mancha de impactos que afetava os produtores rurais.</p> <p>Maria da Glória falou sobre a importância do momento de fala dos atingidos acontecer no início das reuniões do CIF, com todas as representações públicas presentes e relatou as dificuldades enfrentadas por atingidos em relação à saúde e enchentes recorrentes.</p> <p>Willington Costa criticou a Fundação Renova por não ouvir o que era manifestado por atingidos em reuniões do CIF e relatou negativas da Fundação quanto à reparação em Sooretama/ES.</p> <p>Luis Carlos Peixoto falou sobre urgência na criação de Grupo de Trabalho para atender ao pleito do sul da Bahia. Falou sobre processos judiciais sobre o tema que precisavam de deliberação do CIF e leu documento sobre relatório que aponta impactos no Parque Nacional de Abrolhos, em específico impactos na formação de corais e aves referentes ao desastre da Samarco. Por fim, pediu que fossem publicizados os acessos às reuniões concernentes ao tema.</p> <p>Thiago Lopes falou sobre menção do TTAC a estudos na Costa da Baleia, já considerando a possibilidade de impactos no sul da Bahia; questionou o porquê de não serem feitas ações na região, assim como a recusa da Fundação Renova em cumprir a Deliberação nº 58 e ouvir o que é solicitado nos territórios.</p> <p>Maria Célia relatou os problemas de saúde física e mental enfrentados pelos atingidos desde o desastre, e afirmou que a Fundação Renova estava engessada a um cadastro realizado em 2016 que já estaria defasado, diante da identificação contínua de novos impactos ao longo do processo.</p> <p>Gabriela Queiroz afirmou que o Parque Nacional de Abrolhos representava 10% da economia pesqueira do Brasil, representando em 2017 aproximadamente R\$ 100.000.000,00; falou sobre dossiê que apresentava a contaminação dos peixes.</p> <p>Adecir de Sena expôs problemas enfrentados em São Mateus em relação a água e impactos na saúde, além de impactos no estuarino, impedindo o desenvolvimento das espécies na região.</p> <p>Ao final das manifestações, Moara Giasson esclareceu que o encaminhamento dado ao final da 65ª Reunião Ordinária do CIF em relação ao tema do sul da Bahia tratava-se de realização de Reunião Intercâmaras convocada pela CT-Bio para avaliar a possibilidade de criação de GT, que seria convocada a partir do momento de estabilização das indicações dos órgãos para composição das Câmaras Técnicas, diante do processo de transição governamental. Ainda, registrou que o quórum da reunião estava cheio e não havia qualquer demérito quanto a fala dos atingidos; o ponto de pauta havia sido realocado para que o Presidente pudesse estar presente durante as falas.</p>

Por fim, às dezesseis horas e trinta e dois minutos do dia nove de fevereiro de dois mil e vinte e três, o Presidente do Ibama Rodrigo Agostinho finalizou a 66ª RO reunião agradecendo à participação de todos e reforçando o compromisso da gestão federal de garantir a adequada reparação com base nas demandas e manifestações expressas pela população atingida.

A seguir registra-se que foi realizada Reunião Preparatória entre membros do CIF e pessoas atingidas, na manhã do dia 08 de fevereiro, com o seguinte encaminhamento.

Pauta Reunião Preparatória	
RP 1.3. Pautas prioritárias para o ano de 2023	
Discussão	Diante da provocação da SECEX/CIF foi elaborado pelos comitês estaduais um documento sobre as pautas prioritárias a serem tratadas pelo CIF em 2023. Luis Otávio Assis, membro por Minas Gerais, afirmou objetivo de avanço na reparação e, para tal, seria necessário o reforço de dados confiáveis sobre a execução dos programas pela Renova, garantia de fiscalização a partir da aprovação de taxonomia para clareza

	das ações, exigência de informação padronizada sobre os programas, retomada dos estudos em saúde e reconhecimento de novas áreas que já estão tecnicamente estudadas e não receberam ainda as ações da renova. Ricardo Iannotti falou sobre dificuldades do poder público em interpretar dados e informações fornecidas pela Fundação, em especial em relação a angústia de pessoas atingidas quanto ao reconhecimento de novas áreas. Margareth Saraiva reforçou a importância da reestruturação da pesca, Plano Integrado de Desenvolvimento da Foz como gestão territorial integrada, início das obras previstas para centros de informação técnica e, por fim, definição de laudo pericial sobre a qualidade do pescado para consumo humano, indicando ações de médio e longo prazo no âmbito do SUS alinhados à comunicação de risco. O Presidente Rodrigo Agostinho reforçou compromisso da atual gestão do IBAMA com a reparação, portanto seria aprimorada o diálogo com órgãos envolvidos no CIF e atingidos para mapeamento de principais gargalos e prioridades. Por fim, Moara Giasson sugeriu a disponibilização do documento para envio de sugestões e triagem para elencar pontos de dissenso com a Fundação e acionar a IAJ para orientação.
Encaminhamento E66 – RP 1.3	O documento apresentado ficará disponível para avaliação e sugestões em prazo de 15 dias. As Secretarias Executivas dos estados farão reunião para construção de estratégia de ação do sistema CIF



Documento assinado eletronicamente por **MOARA MENTA GIASSON, Secretária-Executiva do Comitê Interfederativo**, em 04/04/2023, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **15303477** e o código CRC **39A5C6F2**.